



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: TONINHO PAIVA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 27/06/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Bom dia a todos. Declaro abertos os trabalhos da 5ª Audiência Pública de Administração Pública do ano de 2017. Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br link Auditórios On Line.

Essa audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade*, diariamente, desde o dia 21 de junho.

Essa Audiência Pública temática tem a finalidade de manter a Comissão de Administração Pública informada a respeito da política de pessoal de concursos públicos adotada pela Administração Municipal.

Conforme Requerimento 25/2017, de autoria do Vereador Antonio Donato, aprovado nas reuniões ordinárias, em 7 de junho de 2017, nessa comissão. Foi convidado o Sr. Paulo Antônio Spencer Uebel, Secretário Municipal de Gestão, a quem chamo para compor nossa Mesa e quero muito agradecer por sua presença.

Eu presido essa audiência pública até a chegada do nosso Presidente da Comissão de Administração Pública Vereador Toninho Paiva que, pelas notícias que temos, está a caminho.

Também convido para compor a Mesa o Sr. Marcel Moraes Felices, Coordenador de Relações de Trabalho da Secretaria de Gestão. Quero ainda convidar a Sra. Márcia Morales, Coordenadora de Gestão Pessoas da Secretaria, por favor.

Informo a dinâmica dessa audiência: teremos uma apresentação do Secretário, uma fala de abertura e, após essa fala abriremos para intervenção dos presentes. Para se inscreverem, peço aos presentes que coloquem o nome na lista, na nossa secretaria, ali na mesa, à direita. Para o bom andamento dos trabalhos, proponho que essa audiência seja, no máximo, até meio dia e meia. Acho que é tempo suficiente para que possamos fazer o debate. Procurarei orientar os trabalhos com esse teto.

Feita essa primeira apresentação, gostaria de passar a palavra ao Secretário Paulo

Uebel.

O SR. PAULO ANTÔNIO SPENCER UEBEL - Bom dia a todos. Gostaria de agradecer o Vereador Antonio Donato pelo convite, fico muito feliz de estar aqui, na Comissão de Administração Pública da Câmara de Vereadores.

É fundamental esse diálogo, essa conversa com toda a sociedade. E, mais uma vez, reforçar os pontos da Administração. Temos o compromisso de fazer uma gestão transparente, eficiente, centrada no cidadão e em todos vocês, nossos servidores. Temos um corpo extremamente qualificado de servidores públicos, comprometidos, engajados e que querem ajudar a transformar a nossa realidade.

Infelizmente, como vocês já têm acompanhado pela Imprensa, e já ouviram ou leram várias declarações do Secretário Caio Megale, a situação do Município de São Paulo é crítica. Sabemos que têm diversos concursos que foram realizados, sabemos que há diversas pessoas aguardando nomeações, entendemos que é fundamental realizar essas nomeações para continuarmos prestando um bom serviço, mas temos de, sempre, ter a responsabilidade de nos adequar à realidade fiscal, econômica e financeira do Município. Não podemos tomar nenhuma decisão sem levar isso em consideração.

Por mais que tenhamos interesse e queremos, por mais que sabemos que isso é importante, todas as nossas decisões na Administração devem levar em consideração a realidade financeira, fiscal, orçamentária do Município.

Só alguns dados para conhecimento de todos em relação às despesas de 2016. Gastamos aproximadamente 13,28% do nosso Orçamento com o pessoal ativo. Em torno de 7,2%, desculpe, em torno de 14% do nosso Orçamento com o pessoal inativo. Então isso mostra que os dados são elevados, os números são grandes, nós temos de ter, realmente, esse compromisso e esse cuidado antes de tomar qualquer decisão.

Se nós olharmos as despesas, fazendo um histórico desde 2003, os gastos com a Previdência vêm subindo de forma alarmante. Esse ano, final de 2017, devemos chegar até 4

bilhões de gastos que o Município tem de fazer para a Previdência. É um gasto muito elevado. São recursos que deixam de ser aplicados na Saúde, na Educação, na Segurança, no Transporte, em Habitação e em outras áreas, para podermos equacionar parte do déficit da Previdência.

Portanto, qualquer decisão que tomemos temos de levar em consideração o todo. Não só as vantagens, os benefícios de qualquer nomeação - nós sabemos que são muito grandes - mas também os custos que essas nomeações vão ter no curto, no médio e, acima de tudo, no longo prazo. Temos de ter uma Administração responsável, cuidadosa, que sempre leve em consideração, todos esses efeitos. Como já foi divulgado, entre o Orçamento aprovado na Câmara no ano passado, e a realidade desse ano, executada, temos uma diferença no Orçamento em torno de 7,25 bilhões. Então são recursos que foram programados, despesas que foram programadas, mas que não têm a respectiva receita. Isso fez com que toda a Administração, todos os planos, todos os projetos, todas as decisões tivessem de ser repensadas e remanejadas, para não causar um déficit nas contas, para não causar nenhuma decisão irresponsável que pudesse ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que pudesse ferir a Lei Orçamentária e comprometer a gestão do Município.

Então esse trabalho está sendo feito por todas as Secretarias. Todas as Secretarias tiveram de rever os seus planos, rever suas atividades e seus programas, para realmente ter certeza de que possamos efetuar o melhor trabalho possível dentro da nossa realidade orçamentária. É um compromisso de todos. Os gastos estão crescendo. O Secretário Caio Megale já vem alertando isso, é acima da inflação. E as nossas receitas não estão acompanhando. Por isso é muito importante que façamos toda essa análise com muito cuidado.

Recentemente tivemos acesso - e estamos num processo de discussão, Vereador - à mesa central de todos os sindicatos sobre a questão da Previdência no Município. Tivemos uma reunião, já, com o Superintendente do Iprem, com nossos atuários, onde eles

apresentaram a situação e o balanço do Iprem, e o nosso déficit de 115 bilhões, considerando uma taxa de 6%.

Fizemos essa apresentação inicial para dar transparência total, para compartilhar todas as informações, para deixar todos os sindicatos e todas as pessoas sabendo da realidade. A partir disso, vamos ter uma próxima reunião, onde os sindicatos, dentro dessa realidade, conhecendo os números, vão propor alterações, melhorias, e um projeto de lei que foi apresentado na gestão anterior que cria a Previdência Complementar ou, eventualmente, um projeto novo, alterando aquele, se aquele não tiver nada de positivo para, daí, fazemos uma nova discussão e tomarmos uma decisão conjunta dos próximos passos que vamos tomar.

Mas é uma questão que deve ser enfrentada, deve ser discutida, porque realmente ela acaba atingindo não só os servidores, mas, acima de tudo, a sociedade. No fim, é a sociedade que vai ter de arcar com as despesas, com esses gastos se, eventualmente, tivermos de pagar por esse déficit que estamos criando.

Além disso, é importante que mesmo com todo esse cenário, com todas essas dificuldades, a Administração ainda está fazendo nomeações. E, no ano de 2017, já em praticamente seis meses de gestão nós já nomeamos 2.778 pessoas para trabalhar na Prefeitura. Então, foram desde guardas, em torno de 200; a PGGs, em torno de 11; ciências contábeis, 24; PDO, 31; na parte de Educação Fundamental I, 1.553; no PEI, 959 pessoas. Porque nós, mais do que qualquer outro órgão, a Administração, a Gestão, tem interesse em fazer nomeações. Isso qualifica a Gestão Pública, isso melhora a qualidade dos nossos serviços, melhora nosso impacto na sociedade, faz com que o trabalho que vem sendo realizado seja realizado de forma mais profissional e comprometida.

Então temos interesses alinhados em fazer as nomeações e atrair pessoas qualificadas para a Gestão Pública para que nosso trabalho seja melhor e mais qualificado, Mas, repito, sempre temos de considerar, nessa decisão, a questão orçamentária, a realidade

do Município. E muitas vezes essa realidade não é tão boa quanto gostaríamos e isso acaba penalizando, faz com que tenhamos que, muitas vezes, prorrogar um concurso, prorrogar uma nomeação para até termos realmente condições de fazer isso sem prejudicar o Orçamento do Município.

Assim, estamos acompanhando, temos uma planilha, uma equipe liderada pela Márcia Morales, que é nossa Coordenadora de Gestão de Pessoas, que acompanha todos os concursos, nós sabemos exatamente quantas pessoas faltam ser nomeadas, o custo dessas nomeações e o prazo de validade desses concursos. Temos feito esse acompanhamento porque temos total interesse em realizar essas nomeações o quanto antes possível. Mas temos de nos adequar à realidade do Município.

Portanto temos acompanhado isso aí, aqueles concursos que iam vencer, pedimos a prorrogação, estamos acompanhando porque temos interesse em atrair essas pessoas e em fazer essas nomeações com a maior brevidade possível. Então temos a nossa lista bibliotecários, médicos, analistas, APPGGs, APDOS, AGPPs, procuradores, guardas, geólogos, assistentes sociais, professores de várias áreas do ensino. Então estamos fazendo esse acompanhamento, estamos ansiosos para fazer essas nomeações, desde que elas não tragam um impacto orçamentário que possa prejudicar as demais atividades, as atividades essenciais exercidas pelo Município.

Fico, então, muito feliz - tudo bem Patrícia, como vai nossa Vereadora Patrícia? (Pausa) - com essa oportunidade de poder dialogar, conversar, apresentar essa realidade, ouvir as sugestões, as demandas e as críticas. Sabemos que esse é um processo necessário, fundamental para aprimorar a democracia, para criar uma interlocução com a Câmara, com a sociedade, com os sindicatos, com as pessoas que realizaram o concurso, ou estão na expectativa de realizar esse concurso.

Mais do que nunca, estamos aqui para ouvi-los, para trocar ideias, para conversarmos sobre a situação e, juntos, pensar em alternativas para o futuro do Município.

Sabemos que iremos realizar essas nomeações, vamos respeitar os prazos, quando necessário faremos essas prorrogações, mas, com certeza, mais do que ninguém temos total interesse em fazer essas nomeações.

Agradeço a oportunidade. Estou à disposição para responder quaisquer questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado, Secretário.

Como nós combinamos um prazo de meio dia e meia, nós já temos 12 inscritos, sugiro que tenhamos, no máximo, 15 inscritos e a inscrição se encerre. Dispostemos três minutos cada um, dará 45 minutos, isso vai permitir que a Vereadora Patrícia Bezerra, que também faz parte da Comissão, está nesta audiência pública, assim como eu, possa fazer alguma consideração. Também o Secretário e sua equipe possam fazer considerações finais.

- Manifestação fora do microfone. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado. Espero que comece e termine doce. Não sei se vai acontecer, vamos ver.

Eu só queria fazer duas considerações, Secretário, antes de chamar os presentes e ver se a Vereadora Patrícia Bezerra também quer fazer alguma consideração.

Primeiro, nós aprovamos um requerimento aqui na Comissão com duas perguntas que, infelizmente, ainda não foram respondidas, talvez, durante a audiência, possamos ter essas respostas.

A primeira pergunta: quais concursos estão em andamento e em qual situação. Encaminhar listagem classificando por *status*, prazo de validade e número de vagas.

A segunda pergunta é qual a previsão de chamamento e nomeação dos candidatos aprovados. Encaminhar cronograma de chamamento de acordo com os prazos de término do concurso. Eu sei que o senhor colocou a questão das finanças municipais e também sei que o senhor não é o Secretário de Finanças. Com o Secretário de Finanças, nós temos debatido, já algumas vezes, de forma bastante cordial, mas com muita divergência sobre os números.

A gente só trabalha com os números oficiais da Prefeitura, que estão no Sistema de Execução Orçamentária da Prefeitura e que temos acesso aqui na Câmara. Nós sabemos que não temos nenhuma situação tranquila, sabemos que existe uma crise econômica no País que atinge as receitas de todos os municípios, da União.

Mas quando a gente vai olhar os números eles não são tão dramáticos assim. Nós tivemos um crescimento, até maio, de 4%, em valores nominais, ou seja, crescimento equivalente à inflação. Temos um nível de congelamento muito alto, hoje, são 13 bi congelados, se não me engano, ou melhor, 16 bi congelados, não é?

Analisando o orçamento, vimos que, no dia 1º de janeiro, existia 5,400 bilhões no caixa da Prefeitura e, no dia 31 de maio, já são 13,055 bilhões no caixa da Prefeitura.

É evidente que a Prefeitura tem de ter uma gestão prudencial, não pode gastar mais do que tem, mas também não pode deixar de gastar. Prefeitura não é banco. Prefeitura tem de ter a condição de equilibrar, porque todo dinheiro no caixa, além do limite prudencial, significa que algum serviço público não está sendo bem-feito, ou alguma nomeação não está sendo realizada para melhorar esse serviço público.

Depois eu posso até passar para o senhor os nossos números, mas os números nossos não batem com os números do Secretário Caio Megale, ou com a interpretação dos números. O rombo que ele diz ter de 7,5 bilhões não é exatamente como nós interpretamos.

O Delfin Neto já disse, os números, quando torturados, confessam. Então nós não queremos fazer tortura de números, mas queremos poder coligir os números com os da Administração, porque sei que o senhor recebe uma autorização, sem essa autorização da Fazenda ou da Junta Orçamentária, o senhor não pode também ultrapassá-la, mas queremos sensibilizá-lo no sentido de que é possível outra forma de encarar esses números.

Esse é só um preâmbulo que eu gostaria de fazer, porque eu acho que o mais importante aqui é poder ouvir todos. Passo a palavra para a Vereadora Patrícia Bezerra, em seguida para o Vereador Holiday, que também se faz presente. Em seguida, passaremos à

lista de inscrições.

A SRA. PATRÍCIA BEZERRA - Bom dia a todos, em primeiro lugar, ao Secretário Paulo Uebel, com quem tive o prazer de conviver, por cinco meses, quando estive na Secretaria.

Vim, é claro, em respeito ao sempre Presidente, o meu Presidente Donato, mas para também externar o meu respeito ao seu trabalho.

Vou sair porque terá outra audiência pública a respeito da Cracolândia, mas eu vim fazer essa menção aqui, na confiança que tenho naquilo que você está fazendo pessoalmente.

Penso que nós vivemos um momento tão difícil de País e de credibilidade nas instituições, que acabamos não pensando em siglas, em partido, mas acabamos elegendo e nomeando pessoas.

Daquilo que eu convivi com você, que experienciei de você, o comprometimento que você tem com aquilo que você está fazendo, mesmo que chegando agora, numa gestão pública, não tendo ainda pleno conhecimento, mas percebo seu compromisso e o labor.

Eu só queria vir aqui para deixar o registro da sua forma e da lisura como você tem conduzido esse trabalho, dizer que você tem a minha confiança pessoal. Você Paulo Uebel, como Secretário.

Quero acreditar que todos os questionamentos feitos pelo Vereador Donato que são pertinentes, que ao longo desses meses, a partir da sua pasta, da sua gestão nessa Secretaria, a gente vai ter essas elucidações.

Eu só quis aqui registrar a minha credibilidade e a minha confiança no seu trabalho.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado, Vereadora Patrícia Bezerra.

Pergunto se o Vereador Holiday quer fazer uso da palavra?

O SR. FERNANDO HOLIDAY - Agradeço Vereador e Presidente desta audiência nobre colega e Vereador Donato, agradeço e cumprimento o nobre Secretário Paulo Uebel, de

Gestão, também, infelizmente, não vou poder ficar todo o tempo da audiência, ficarei indo e vindo, por conta do relatório da CPI de Imigração que ocorre no mesmo horário.

Mas, de qualquer forma, apenas gostaria de registrar que acredito que esta gestão tem demonstrado que é realmente capaz de tomar conta, não somente de tomar conta de uma cidade do tamanho de São Paulo, mas também de resolver problemas crônicos que assolam o nosso serviço público já há algum tempo. Tenho certeza, também, de que a gestão está sempre disposta a ouvir aqueles que têm as suas reclamações, mais do que ouvir, procurar em conjunto solução para esses problemas.

Acredito que o papel desta audiência pública é justamente esse, principalmente, claro, o Vereador Donato tem uma série de questionamentos, mas acredito que o principal disso tudo é ouvir aqueles que são justamente os mais afetados com as decisões do Poder Público, em especial com as decisões da Secretaria de Gestão, que são aqueles que prestaram os concursos públicos e não foram chamados.

Penso que o nosso principal papel hoje é escutar a estes e procurar em conjunto uma solução, tenho certeza de que, com a condução do Secretário Paulo Uebel, encontraremos uma solução sem muita demora.

Mais uma vez agradeço a presença de todos e do Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado, Vereador Holiday.

Nós temos 17 inscritos. Vamos ouvir todos. Mas peço o limite de três minutos de cada um, para cumprir o nosso teto de meio dia e meia.

Tem a palavra o primeiro inscrito, Sr. Marcelo Betcher, logo em seguida a Sra. Janine Bonasi. Peço para que a gente não demore muito, possa ficar próximo ao microfone o segundo a ser chamado.

O SR. MARCELO BETCHER - Bom dia Secretário, bom dia Vereadores que eu cumprimento em nome do Vereador Donato.

Meu nome é Marcelo, sou professor da rede, atualmente designado como diretor, e

estou na busca para ser chamado pelo concurso. Quero colocar que defendo a chamada de todos os concursados, mas que hoje, especificamente, quero falar sobre a chamada dos diretores e dos supervisores para a Secretaria Municipal de Educação.

O que me parece, Secretário, é que não tem se falado muito no concurso de supervisor e diretor. Até mesmo, na fala inicial do Secretário, não foi mencionado esse concurso como sendo importante. Falou dos professores, dos médicos, dos procuradores, AGPPs, mas não falou dos diretores e supervisores.

Isso é algo que nos deixa preocupados, porque de forma em geral esse concurso tem sido pouquíssimo citado pela Administração, exceto, pelas comissões que têm sido montadas para cobrar algum calendário, alguma fala mais específica sobre isso.

Agora, o que me causa estranheza na demora da chamada é que, hoje, temos 170 vagas de diretores na rede, cargos vagos. Tínhamos 150, em março, esse número vem aumentando com as crescentes aposentadorias. Mas a questão é a seguinte: esses cargos estão ocupados, no geral, por pessoas que estão há muito tempo na rede.

Como o senhor bem sabe, quando um professor acessa a J-40, ele tem, pelo menos, 30% de aumento. Se você considerar as pessoas que estão nas últimas referências, o impacto que gera para o Município é muito maior do que aqueles que ingressarão neste momento, inclusive, esse levantamento foi feito no ano passado.

Eu estava na Administração anterior, nós fizemos o levantamento e ficou evidente que, em alguns casos, pode ter até uma redução dos gastos ou empata, no limite, tanto para diretores como para supervisores. O que nós precisamos, efetivamente, hoje, é que seja dado um cronograma, algo mais efetivo.

Nós vemos como muito louvável a chamada das PEIs, dos professores da educação infantil, agora, do fundamental II, mas em momento nenhum há uma fala efetiva sobre a chamada dos supervisores e dos diretores. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Trinta segundos.

O SR. MARCELO BETCHER - Nós gostaríamos de uma fala mais efetiva. O senhor bem sabe, está na Secretaria de Gestão, nós precisamos de uma fala efetiva. Acontecerá neste ano? Me parece que sim. Mas quando? Quando isso vai acontecer?

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado, Marcelo.

Tem a palavra a Sra. Janini Bonasi, em seguida Angélio dos Santos.

A SRA. JANINI BONASI - Bom dia a todos, aos presentes na Mesa. Obrigada pela oportunidade de poder falar, Vereador, tem de falar rápido.

Uma das falas do Secretário que ficou bastante forte foi sobre a questão da qualificação. Não é Secretário?

Quero dizer ao senhor que desde quando começamos com o nosso movimento de busca pela chamada, desde o primeiro dia que viemos aqui, bater de porta em porta, o Vereador Donato sabe, agradecemos o apoio que encontramos aqui na Câmara, de todo mundo.

Nós aprendemos, reaprendemos e redescobrimos em nós mesmos, futuros gestores, a nossa capacidade de resiliência, perseverança, otimismo, de fala e de diálogo. Isso é muito importante para quando a gente ingressar na gestão, muito.

Por uma gestão democrática que a gente quer, que a gente busca, que a gente precisa para uma qualificação na educação da rede municipal, tanto para as nossas crianças, os jovens e os adultos. Nós precisamos, nós merecemos esse lugar, merecemos esse acesso, batalhamos por isso, há muito tempo, vimos com firmeza, insistência, perseverança e, mais ainda, acreditando que seremos sim grandes gestores. Não temos dúvida disso.

Mais ainda, Secretário, penso que seja importante que se fale sobre a questão da parceria. Acreditamos que somos parceiros da SME, somos parceiros uns dos outros, é assim que a gente vai conseguir melhorar alguma coisa. Foi isso que sentimos aqui quando buscamos, quando pedimos o auxílio, quando pedimos a fala, quando pedimos este momento.

Há quanto tempo o pessoal da Comissão sabe que nós estamos pedindo uma fala, que sejamos ouvidos e um cronograma. Porque não é o ano que vem, talvez um dia quem sabe, um cronograma. Isso é importante.

A questão também da rotatividade dos gestores. Entra um sai outro, fica uma insegurança nas escolas muito grande, isso causa problemas, causa falta de continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Trinta segundos.

A SRA. JANINI BONASI - Nós queremos assumir, trabalhar e mostrar para todos, para vocês da SME e para as nossas crianças, jovens e adultos, que nós vamos fazer a diferença.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado, Janini.

Tem a palavra Angélio dos Santos, em seguida Denis Dantas do Carmo.

O SR. ANGÉLIO DOS SANTOS - Bom dia a todos e a todas. Estou falando em nome dos concursados do cargo de supervisor escolar, mas com a convicção de que a defesa é para que todo serviço público seja ocupado por concursados, porque a gente está trabalhando com a população e a gente percebe como faz falta na segurança, na saúde e na educação. Vou falar especificamente da questão da educação e do papel do supervisor que foi destacado pelo Secretário Alexandre Schneider, quando assumiu, do compromisso que o Sr. Prefeito tem de ampliar a rede municipal, principalmente na de educação infantil, de zero a 3 anos, os CEIs.

O supervisor tem um papel importante neste momento, porque a gente vai ter todo um trabalho no estabelecimento dos termos de parceria com os convênios, agora da rede parceira, que precisa ampliar. Só em Campo Limpo, que é onde eu estou ocupando, em caráter transitório, o cargo de supervisor, são 100 CEIs que estão em processo. Então, imagina só qual vai ser a condição de trabalho para o supervisor.

Hoje, por exemplo, no setor 28, em Campo Limpo, tenho 14 unidades escolares.

Com essa ampliação, pelo menos, umas quatro ou três escolas, serão 17. Qual a qualidade o trabalho que você vai ser feito pelo supervisor? Qual a garantia de melhoria para educação infantil, que é a grande bandeira. A gente está falando de Campo Limpo, mas tem toda a cidade São Paulo.

Como o Marcelo e a Janine colocaram, é o acesso que a gente está pleiteando, por direito, por concurso. Eu sou Coordenador, é o meu cargo. Eu sou lotado numa EMEI como Coordenador Pedagógico. Então, o acesso vai representar uma mudança apenas de posição. Então, precisa ser feita uma análise com bastante atenção e cuidado.

Esse trabalho vai ser para garantir a qualidade desse atendimento educacional para as nossas crianças, para os educandos da cidade de São Paulo, o que é grande bandeira, a grande luta dessa gestão, sendo que a não chamada dos concursados pode prejudicar, e, daí, vemos todas as outras áreas: professoras, professores, diretoras, diretores, supervisoras e supervisores. E pensando em todos os outros segmentos: saúde, segurança e as outras áreas.

Então, que seja feito esse estudo; que se apresente esse cronograma.

Só aproveitando esse finalzinho, Secretário, a situação da supervisão escolar é tão drástica que tem um PL aprovado na Câmara. Só estamos esperando o relatório final sair da Comissão de Justiça para chegar até o Prefeito para ser assinado.

Espero que a gente tenha esse trabalho feito o mais célere possível, porque o módulo supervisor precisa ser aumentado.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado.

O Sr. Denis Dantas, e, em seguida, Alexandre Oliveira.

O SR. DENIS DANTAS - Bom dia a todas e todos.

Eu sou Denis Dantas, venho falar aqui representando a Amasp, Associação Municipal dos AGPPs e Agentes de Apoio.

Sr. Secretário, equipe, nós tivemos a oportunidade de dialogar, principalmente, no

início da gestão, em janeiro, em que nós apresentamos os cenários que os AGPPs e os Agentes de Apoio estavam passando até aquele momento. Um cenário que, infelizmente, a cada dia, vem piorando. Eu trouxe os últimos dados levantados em torno de 16.500 cargos que temos por lei, os AGPPs, hoje, nós temos em torno de 5.800 AGPPs na ativa, o que representaria um percentual 35%.

No dia 22 de junho, completou um ano da homologação do concurso dos AGPPs, e a nossa carreira não teve um sequer nomeado.

Considerando que temos 35% na ativa, isso gera uma sobrecarga para aqueles que estão atuando hoje e que sofrem não apenas com a falta de servidores, mas, também, com a falta de políticas públicas, investidas não só na nossa carreira, como em todas de forma geral.

Por isso, eu venho trazer algumas questões: se de janeiro para cá houve algum estudo, um planejamento sobre os AGPPs.

E concordo com a fala do Marcelo e da Janine quando deveria ser apresentado algo mais efetivo; se possível, um planejamento com cronograma, para que todos que estão presentes tenham expectativa de uma possível nomeação, porque argumentar que a gente pode, no caso dos AGPPs, no ano que vem, prorrogar por mais dois anos e, no último ano, vir chamando não só a nossa carreira, mas todas, muitos ficarão com essa expectativa, buscam um serviço no setor privado, não sabem se vão para o público. Isso gera certo desconforto.

Quero saber se houve esse estudo e aproveitou para fazer uma segunda pergunta: se há previsão de serem realizadas as mesas setoriais, para que possam ser discutidas essas categorias?

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado.

O Sr. Alexandre Oliveira e, depois, o Sr. Evander Veríssimo.

O SR. ALEXANDRE OLIVEIRA - Oi, pessoal.

Meu nome é Alexandre Oliveira. Eu não represento nenhuma sigla, nenhum partido.

Eu sou apenas um concursado do último concurso de AGPP 2016.

Como o Denis falou, o representante da Associação, nós fizemos no dia 22 um ano da homologação das mil vagas aprovadas pelo edital, e, até agora, nós não tivemos nenhuma nomeação. A Prefeitura, realmente, precisa fazer esse balanço, essa análise, mas é importante lembrar que o concurso público - falo de uma maneira geral, para GCM, para Assistente Social, para AGPP - não é feito de maneira apressada.

É possível lembrar que existam vagas disponíveis, a real necessidade de esses servidores trabalharem, é preciso ser feito o demonstrativo da estimativa de impacto orçamentário, demonstração de origem dos recursos, comprovação de que a despesa a ser criada não vai afetar as metas fiscais, comprovação de compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, declaração do ordenador de despesas, ou seja, é preciso ter essa despesa prevista antes de ser aprovada, autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias e prévia dotação orçamentária. Então, a gente não está falando, simplesmente, de ir ali e tirar uma xerox. A gente está falando de um processo complexo e transparente que é o concurso público que precisa ter início, meio e fim.

Então, pelo menos, essas vagas que estão previstas - que passaram por um processo complexo de aprovação, de dotação orçamentária, é necessário que essas etapas tenham um fim que é a nomeação e a entrada em serviço desses servidores.

Falando, especificamente, sobre os AGPPs, trazendo, talvez, uma proposta - eu mesmo fiz uma consulta no e-CIC, do Cidadão, e pedi alguns dados sobre exonerações, vacância, demissão, exoneração e falecimentos.

Num período de, mais ou menos, 18 meses, nós tivemos cerca de 70 vacâncias num quadro já extremamente defasado, que não chega a 35% do seu preenchimento.

De acordo com essa vacância, a proposta seria nomeação mais urgente possível de 100 a 150 servidores, pois o impacto vai ser, praticamente, zero no orçamento, porque se trata de vagas de servidores que já saíram dessa carreira e para a qual já havia previsão

orçamentária.

Temos que continuar nesse diálogo para que a gente possa chegar num denominador comum.

Não interesse de ninguém trazer problemas ou conflitos. O interesse é solucionar.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado, Alexandre Oliveira.

O Sr. Evander Veríssimo, e, depois, a Sra. Camila Freitas.

O SR. EVANDER VERÍSSIMO - Bom dia.

Irei abordar o concurso para Assistente Social.

Inicio a minha fala dizendo que não é apenas para o concurso público, mas a nossa luta é coletiva por uma política pública de assistência com qualidade no Município de São Paulo. Compreendendo que, para garantir a efetivação dos artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 88 os quais abordam a Assistência Social, é necessário que seja efetivado os recursos humanos previstos na NOB SUS RH de 2006, que não estão sendo realizados.

Em entrevista à *Folha Dirigida* em 2014, a Diretora de Recursos Humanos da Secretaria Claudia Marcia Pires de Campos, ao ser indagada se a oferta de 377 vagas atendia as necessidades da Prefeitura de São Paulo, afirmou que não, pois SMADS precisava, naquele momento, de 891 profissionais. No ano passado, aconteceu uma audiência na Câmara Municipal, em 30 de outubro de 2016, onde foi abordada essa questão de recursos humanos.

Então, a indagação é: deste concurso que disponibilizava 377 vagas, das quais foram chamadas 144, sendo que SMADS já informou que precisaria de mais de 890 profissionais, o quanto isso está gerando malefícios para São Paulo, com um serviço de péssima qualidade sendo ofertado, com terceirização de mão de obra?

A indagação que faço é: quantos profissionais faltam atualmente no RH da Prefeitura, de acordo com a lei, que exige que sejam contratados, e em que prazo serão convocados?

Sabemos que, no dia 25 de março de 2017, foi prorrogado concurso por mais dois anos, mas, até o momento, não há expectativa de contratação. Pelo menos, não foi apresentado um número plausível.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado, Evander.

A próxima é a Sra. Camila, e, em seguida, o Sr. Sérgio Antiqueira.

A SRA. CAMILA FREITAS - Bom dia a todos, à Mesa.

Meu nome é Camila, sou habilitada no concurso CEI 2015.

Pela falta orçamentária ou a dificuldade do orçamento, como é a fala do Governo, o que poderíamos propor? Uma reestruturação da educação infantil com duas entradas: uma período integral, a rede conveniada, e a segunda, que dobrasse o atendimento no CEI, como dos EMEIs, dobrando, assim, o atendimento na rede direta, sem precisar até de um terceiro professor, porque como a jornada hoje é de 6 horas, podem ser aproveitados esses mesmos professores, aproveitando quem tem acúmulo, podendo acumular na mesma unidade. Seria algo para se pensar.

Dessa forma, resolveria, também, um problema grande do Governo em relação à dificuldade em construção, dobrando-se o atendimento e aproveitando os concursados.

A segunda questão é sobre as vagas precárias, as vagas ocupadas pelos contratos. Muitas vagas são livres - acredito que serão para os contratados como de lei - e muitas, são precárias, como as licenças.

Muitas vezes, essas licenças se referem a readaptações até definitivas. Então, se houvesse a possibilidade de liberação para os concursados... essas vagas de readaptações de muitos anos ou definitivas...

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado, Camila.

Tem a palavra o Sr. Sérgio Antiqueira, Presidente do Sindisep, e, depois, o Sr.

Maurício Ferreira.

O SR. SÉRGIO ANTIQUEIRA - Bom dia a todos e todas, Vereadores, Gestão.

A primeira coisa que quero dizer é sobre o orçamento.

Nós estamos com um congelamento na Cidade: na saúde, 1,6 bilhões; educação, 1,5 bilhões.

Nós temos em caixa 8 bilhões. Se o ano começou com 5 bilhões guardados em caixa, nós estamos com 8 bilhões agora, a custas de congelamento na saúde, assistência, educação, cultura e meio ambiente. Esses cortes de gastos não são justificados por uma queda de receita. Esse discurso que o Doria está utilizando na televisão ou na imprensa, dizendo que precisa fazer um grande corte, porque nós estamos numa situação de um rombo na Cidade, isso se evidenciou na prática.

Eles estão falando de um rombo, mas, na verdade, é uma frustração de expectativa. Esperava-se ter um orçamento com 7 bilhões a mais do que está hoje. Não é a realidade. Esses são dados da própria gestão, fornecidos pela Prefeitura, como disse o Vereador Donato, estamos com a mesma receita, a mesma arrecadação de 2016 mais a inflação, praticamente. Portanto, não se justificam esses cortes.

Esse discurso do rombo é para justificar, na verdade, uma redução do Estado.

Essa redução do Estado é, justamente, a falta de assistência social, a falta da educação, falta da saúde, falta de profissionais na ponta, é não ter concurso público. É a redução do Estado para guardar dinheiro, não sei para quê. Porque se a gente está com 8 bilhões em caixa, não dá para justificar a história de rombo.

Se há uma preocupação com a aposentadoria, chamem o concurso público, porque somos nós, os servidores públicos, que financiamos aposentadoria.

Quando se reduz o Estado, aumenta-se o déficit da aposentadoria. (Palmas)

Então, é muito preocupante que criam um discurso de caos para a população para justificar o que está se fazendo, por exemplo, em Curitiba, onde estão tirando todos os direitos

do funcionalismo e congelando o concurso público, como no Rio Grande do Sul e Porto Alegre; para fazerem o que está acontecendo no Rio de Janeiro. E São Paulo não tem a mesma realidade financeira desses Municípios e desses Estados.

A gente precisa mostrar a cara, mostrar os dados, de forma limpa para a população, principalmente, se não ela fica contra a gente. Quem está aqui brigando por concurso público, fez um concurso e foi classificada, tem toda condição de fazer um Estado forte, que seja para a população aquilo que ela precisa.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado, Sérgio.

Tem a palavra o Sr. Maurício Ferreira, e, sem seguida, a Sra. Juneia Batista.

O SR. MAURÍCIO FERREIRA - Bom dia a todos e todas.

Sou assistente social, concursado, passei no concurso com mérito, assim como todos os colegas de todas as profissões aqui representadas.

Sinto-me triste e indignado. Hoje é um dia muito mais triste ainda porque está para ser votada a venda dos bens da Prefeitura Municipal de São Paulo. É um momento triste da nossa história que nós estamos vivendo, um desmonte total da Cidade. Esse desmonte recai não só em nós, concursados, e na fala do Secretário “vidas pessoais que estão em jogo”, mas, acima das vidas pessoais, as vidas das pessoas que seriam atendidas por nós. As pessoas pagam impostos e vivem sob leis. As pessoas vivem sob deveres, só que na hora da garantia de direitos, as pessoas incrivelmente para as administrações não existem. Como é que você consegue governar sem as pessoas? Como é que você consegue governar sem trabalhadores? É uma situação de caos e é um caos que é uma bomba relógio. Mas hora, menos hora, nessa lógica da terceirização, nessa lógica da precarização dos serviços, vai bater lá o eleitor. Então é irracional até para a própria administração. É isso que a gente tem que pensar quando a gente adia o chamamento de um servidor público.

O esvaziamento dos equipamentos públicos, a precarização dos serviços públicos,

como é o caso que acontece na assistência, na habitação, porque esse concurso é da assistência, habitação e do Ipem. O sucateamento do serviço público vai chegar lá na ponta, mas vai chegar tão tarde que o próprio cidadão não vai ter do que reclamar, não vai ter como e nem onde reclamar. Então, essa forma do enxugamento do Estado não prejudica só os concursados, prejudica todos os cidadãos da cidade de São Paulo.

A não valorização do trabalhador, que tem todo o direito de ser chamado em concurso, e que agora é alegado falta de orçamento, é uma coisa irracional. Como uma cidade como São Paulo que arrecada tanto imposto não tem condições de chamar o concursado público. Então, a gente tem que lutar aqui pela garantia primeira das leis. Primeira dos Direitos. O SUAS prevê em sua lei um determinado número de concursados e isso não está sendo respeitado. Pela valorização de todos os concursados nessa cidade de São Paulo.

SR. PRESIDENTE (Antonio Donato - PT) - Tem a palavra a Sra. Juneia Batista.

A SRA. JUNEIA BATISTA - Bom dia a todos. Sou assistente social do município, concursada, concurso de 1988, agradeço a oportunidade de uma audiência pública onde a gente discute a entrada de pessoas no serviço público que fizeram concurso e querem entrar pela porta da frente na Prefeitura de São Paulo.

É muito importante ter uma audiência pública para discutir isso e que o Secretário de gestão venha participar dessa audiência para saber qual é o anseio dessas pessoas que para além de serem concursados também são munícipes da cidade. também querem prestar um serviço público para a cidade de São Paulo e que infelizmente a proposta colocada pelo Prefeito é de acelerar, mandar embora os imigrantes dessa cidade, atacar a cracolândia, explodir prédios, onde vivem crianças e mulheres. É isso que esse Prefeito quer, mas não é isso que nós queremos. Quando a gente entra na Prefeitura de São Paulo, se propõe a fazer um concurso público, é porque a gente quer fazer a política pública em São Paulo.

Vi parte da fala do Secretário onde ele coloca muita a preocupação com relação à questão do Orçamento. A gente quer ver essas contas melhor, Secretário. Oito bilhões dá para

fazer muita coisa na cidade de São Paulo. Acho que a primeira coisa é investir em pessoas, no funcionalismo, a segunda coisa, investir em política pública para a Cidade e aí depois, se quiser, investir em outras coisas. A primeira coisa para você dizer que a Cidade para voltar a ser linda, primeiro investir no capital humano que está aqui nessa sala e que quer produzir para a cidade de São Paulo: saúde, educação, apesar das medidas que estão sendo colocadas aí no plano nacional, como a PEC 55, e virou a emenda constitucional 95, que congela gastos na saúde e educação por 20 anos.

Nós não vamos permitir isso em São Paulo. Não vamos deixar acontecer isso. E a gente gostaria muito mesmo, Sr. Secretário, em agradecer mesmo e que o senhor pense bem, ouça bem o que essas pessoas estão colocando aqui. A importância que um profissional tem, desde Guarda Civil Metropolitana, assistentes sociais, diretores de equipamentos sociais, todos eles, querem trabalhar para construir e deixar essa cidade mais linda, mais bonita, mas do nosso jeito, não do jeito que o Prefeito João Doria quer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato - PT) - Tem a palavra o Sr. Clovis Roberto Pereira, do Sindiguardas.

O SR. CLOVIS ROBERTO PEREIRA - Boa tarde a todos e todas. Secretário, eu sou Presidente do Sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos e eu gostaria que nos fosse apresentado um calendário mais consistente. Temos um concurso que vai vencer no dia 18 de março de 2018. Faltam ser chamados 1300 pessoas desse concurso, nós temos uma lei que prevê 15 mil no efetivo e hoje temos 5726, perdemos 89 guardas esse ano. Foram chamados 200, mas temos perspectiva de aposentadorias, de saída até o final do ano, de mais de 200 guardas. Então, os 200 que foram chamados não repõem nem os que se aposentarão. Nós somos a categoria dos servidores de São Paulo talvez a que mais morra em serviço.

Na LDO, no projeto que está na Câmara Municipal tem uma previsão de chamar 500 guardas no ano que vem. Só que nós temos 1300 num concurso que vai vencer em 2018. O que a gente precisa saber objetivamente, porque as pessoas que estão aqui no nosso

concurso, o pessoal não sabe se vai jogar bola no domingo porque pode torcer o pé e se chamar não passa no exame admissional porque é uma atividade bastante física. Nós temos uma característica, somos os únicos que somos obrigados a fazer um curso, ninguém entra na Prefeitura sabendo ser guarda. Os outros tem formação, no caso de Guarda Civil Metropolitana, é um curso que dura cerca de meio ano. Então, os 200 que foram chamados agora só vão estar na rua no começo do ano que vem. E até lá a Guarda Civil Metropolitana corre risco de entrar em colapso no nano que vem se não foram chamadas muito rápido as pessoas do concurso. Temos um efetivo que está envelhecendo, com uma demanda muito grande de aposentadoria, e que está se reduzindo.

Em 2004 o nosso efetivo era de cerca de 6200 guardas, nós estamos em 2017 com 5700 só que estamos 13 anos mais velhos. O que a gente precisa é que nos apresentem um cronograma concreto de chamada. Vão chamar tantos em tal período e o restante talvez seja o concurso que esteja com o prazo mais curto para vencer porque já foi prorrogado. Era um concurso de dois anos que foi prorrogado por mais dois e que esses dois vencem agora no dia 18 de março. São essas respostas que a gente precisa e só para aproveitar: falta instalar a mesa setorial da segurança também que até agora não foi instalada.

SR. PRESIDENTE (Antonio Donato - PT) - Tem a palavra a Sra. Claudete Alves.

A SRA. CLAUDETE ALVES - Bom dia a todos, cumprimentando o Secretário e o Donato agradeço muito a aprovação desse requerimento para audiência pública, mas eu queria reforçar uma questão contemplada com as outras falas, quero reforçar a questão da transparência dos números porque eles não se conversam. A administração apresenta números e, através das nossas pesquisas, esses números não batem. Em especial na questão da educação. O site da transparência coloca números de vagas disponíveis para serem ocupadas através dos concursados, mas não bate. É muito complicado isso. Essa semana nós tivemos uma audiência na Secretaria de Educação que no site da transparência tinham 605 vagas para professores de educação infantil e na mesa apresentaram 187. Depois de uma

pressão, quiseram aumentar para quase 300 vagas, então, primeiro quero reiterar aqui a necessidade visto a questão da disponibilidade de ter total transparência que as informações fossem fidedignas, fossem confiáveis, então, é necessário se fazer um levantamento das reais vagas que não são precárias. Ao mesmo tempo que tínhamos uma informação na Secretaria da Educação de um número muito menor de vagas, a responsável pelo Cogep, a Sra. Marisa Leico, passou uma informação que as vagas contratadas de professor da educação infantil pelos contratos não poderiam ser prorrogados porque estavam destinadas a concurso. Nós temos 1054 vagas que vencem agora e o Secretário está dizendo que vai pedir uma autorização de menos de 300 vagas.

Então, quero insistir na questão da transparência para todos os setores, para a gente ter confiança, nós pesquisamos, nos estamos na rede, os diretores, professores, Guarda Civil Metropolitana, todos os funcionários que prestaram concurso e os números não batem. Então, eu acho que a transparência é tudo.

Por fim reforçar uma questão que Sergio colocou. Nós tivemos uma reunião que o Paulo estava presente e o Secretário do Iprem e relatou que nós temos um déficit de 7, 6 bilhões na questão da reforma da Previdência. É claro que a não chamada de concursados significa aumentar esse número mesmo que discordemos dele porque se prioriza para contratados cada vez mais esse déficit vai aumentar então a gente defende a nomeação de todos os concursados porque é investimento, não é gasto. A qualidade do serviço público precisa de servidores valorizados e concursados.

SR. PRESIDENTE (Antonio Donato - PT) - Tem a palavra a Sra. Juliana Lopes.

A SRA. JULIANA LOPES - Bom dia a todos. Obrigada pela oportunidade Vereador Donato de disponibilizar esse espaço para nós concursados que estudamos, passamos nas provas, deixamos os nossos sábados e domingos nossos familiares para poder ser classificados. Agora essa demora de ser chamado.

Semana passada, tivemos uma reunião na SME e tivemos os dados de uma

possível autorização. Isso me deixou muito confusa porque somos um grupo bastante organizado e sempre estão nos contando os números reais que temos de aposentadorias, exonerações e não batia com os dados da SME. Fomos atrás. No ano passado no nosso concurso teve uma limitação que barrou, mas a PGM entrou com uma defesa, falando o porquê, que além desses 1249 que iam ser nomeados no ano passado, tínhamos mais 1531 vagas a serem providas e mais 1200 contratos ainda que estavam por vencer. Se PGM está dizendo o número de vagas, com é que agora essas vagas desapareceram?

Outra coisa. Se torna preocupante também que o projeto do nosso Prefeito, Nossa Creche, zerar a fila. Como vai zerar a fila sem professores em sala? Como isso vai acontecer? E os professores concursados onde ficam? Quer dizer que as crianças têm o direito de terem só professores de contrato? Os concursos não têm valor nenhum para essa nova gestão?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato - PT) - Tem a palavra o Sr. Caíque Fonseca.

O SR. CAÍQUE FONSECA - Bom dia a todos, Vereadores e Secretário, sou do concurso de AGPP específico do serviço funerário. Só para contextualizar um pouco a situação, somos 236 aprovados no concurso do ano passado aguardando a nomeação e em conversas e pesquisas que fizemos nesse último um ano, que completa agora se não me engano no dia 6 de julho, da homologação do nosso concurso. Nós tivemos as seguintes informações: o concurso de AGPP no serviço funerário esse último que teve em 2016 foi feito após 18 anos do último concurso de AGPP do serviço funerário. Isso significa que a defasagem acho que dá para imaginar que a defasagem de pessoal nesse cargo específico do serviço funerário esteja monstruosa. Ao mesmo tempo vamos acompanhando através da mídia e também do *Diário Oficial* que se abriu um processo de licitação semana passada para a contratação de estagiários para o serviço funerário. Então, a minha indagação, são duas na verdade é se essas estagiários estão cumprindo dentro da esfera do serviço funerário funções que seriam dos AGPPs e também dos agentes de apoio e uma segunda pergunta que

concerne à questão mais específica do serviço funerário e da situação dos concursados, mas também dos servidores ativos atuais. Não é mistério para ninguém, é vinculado na mídia que a vontade dessa administração é conceder o serviço funerário para a iniciativa privada. Dentro do escopo, na eventualidade da ocorrência dessa concessão, o que aconteceria com os aprovados dentro de um concurso ativo, de uma autarquia que é concedida. Porque é o seguinte, Secretário: nós já tentamos as informações com todas as Secretarias possíveis, com a Gestão, com a SSO, que é de Serviços, que a atribuição do serviço funerário e com a de Desestatização. Ninguém tem uma posição sobre isso. Agora, eu digo a você como munícipe, Secretário, que a administração atual vem de uma imagem de gestão eficiente, mas vocês têm de me desculpar, se nenhum de vocês sabe o que vai fazer com concursados dentro de uma mudança tão drástica na administração do Serviço Funerário Municipal então me desculpe essa gestão está deficitária. Não está funcionando. Porque ninguém sabe. A Desestatização não sabe o que acontecerá conosco e também com os nossos colegas. A Secretaria de Obras também não sabe o que acontecerá conosco e a Gestão também não sabe o que acontecerá conosco. O Prefeito sabe o que acontecerá conosco?

Alguém sabe o que acontecerá conosco? Alguém sabe o que acontecerá com os servidores da ativa no Serviço Funerário? Tanto a AGPPs., quanto agentes de apoio, ninguém sabe, o pessoal está aflito, está à espera dessas respostas que tanto tardam, que mudam a vida da pessoas, porque o Serviço Funerário, ao contrário de algumas partes da Administração Pública, temos transferências corriqueiras. Para quem não sabe, os AGPPs são transferidos com uma certa frequência entre os cemitérios e as agências funerárias. Então nós precisamos saber o que vai acontecer conosco. Essa é a grande pergunta.

E também por que fomos preteridos em relação aos estagiários. Obrigado.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado. Sra. Carolina Lemos e, depois, Lurdes Estevão. Carolina Barros, desculpe.

A SRA. CAROLINA BARROS - Bom dia a todos. Bom dia Sr. Secretário. Eu vim aqui para falar de uma situação muito triste, muito frustrante, que foi o concurso da Saúde, em 2014. Não sei se vocês têm informações sobre esse concurso.

Esse concurso já venceu, em julho de 2016, e vários - vários -, sei lá, um terço, quase metade dos aprovados dentro do número de vagas não foi chamada. E isso é muito importante que vocês escutem porque vocês precisam brigar pela vaga de vocês. Pois, depois que expira, eles olham para nós e dizem assim: “Expirou”. Isso aconteceu conosco.

Isso aconteceu na gestão passada. Esse problema é da gestão passada, mas está vindo para essa gestão também. Alegaram o que? Problema orçamentário, “Nós não vamos contratar por problemas orçamentários”. Não foi verdade, porque continuaram contratando pessoal da Saúde via Organizações Sociais. (Palmas) Terceirizaram o serviço, continuaram terceirizando os serviços, gastando muito dinheiro com as OSs, um serviço péssimo e não chamaram concursados - sou psicóloga, não fiz uma prova só de conhecimentos específicos, mas fiz de Política Pública de Saúde também -, com pontuação excelente, e isso para entrar no número de vagas, muito acima da média exigida. Mas, enfim, não fomos convocados. Aí, o que aconteceu? Mês passado, nós nos reunimos com o Secretário Polara e ele falou: “Não vou chamar, porque venceu, e existe o impedimento”.

O que acontece? Não existe o impedimento, o Executivo chama quando ele quiser. Aí discutimos isso e ele falou para nós: “Tudo bem, então vamos fazer uma nova reunião, para discutir com o Departamento Jurídico da Secretaria de Saúde soluções legais para convocar vocês”. Essa reunião aconteceu? Não. Por que? Porque o Executivo chama quando quer. Quer dizer, cada gestão dá uma justificativa diferente.

Então, assim, eu vim aqui, eu não sei o que vai acontecer conosco, nós entramos, inclusive uma das justificativas do Secretário Polara foi: “Me condenem, que eu contrato”.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Trinta segundos.

A SRA. CAROLINA BARROS - “Me condenem que eu convoco. Vai ser ótimo que

vocês venham para a Secretaria da Saúde”, mas se é tão bom, por favor, Secretário, fale com o Secretário Polara, vamos ver essa situação, porque eu acredito ser muito importante a nossa atuação na Saúde. Tem Capes infantil que não tem psicólogo, gente! Então, assim, como é que se trabalha desse jeito?

Não sei o que vai acontecer conosco, estamos na Justiça, e eu vim aqui para falar isso para vocês e para dizer: lutem pelas vagas de vocês, porque quando expirar, não chamam. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Sra. Lurdes Estevão, depois Sra. Liliane Simões.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LURDES ESTEVÃO - Boa tarde. Quero cumprimentar cada companheira e cada companheiro que está aqui. Sou Lurdes, sou do Sindisep, sou concursada. Como trabalhadora, além de defender os trabalhadores, defendo, junto com meu sindicato, com unhas e dentes, o serviço público, porque entendo que o serviço público é a garantia da continuidade do serviço, porque a gestão passa a cada quatro anos, e o serviço público é o esteio das nossas unidades.

É importante saber que, quando a gente elimina o serviço público, a gente enfraquece o serviço, porque quem vem assumir o serviço, o serviço público passa a ser cabide de emprego e vai ser ocupado pelo cidadão que deu mais voto para o vereador, para o deputado, para o prefeito, e não porque foi aferida a qualidade dele por meio de concurso.

A luta do serviço não é uma luta só desse concursado que está aqui, mas a luta do serviço público tem que ser a luta de cada trabalhador e principalmente de cada munícipe desta cidade, porque é só através do serviço público que nós vamos garantir a qualidade do serviço. Hoje isso é ainda mais urgente, porque nós estamos vivendo num momento de crise, em que o número de munícipes que precisam mais da Saúde e da Educação está aumentando cada vez mais. Portanto, um governo responsável, vereadores responsáveis têm de zelar pela

Cidade e zelar pela Cidade significa concursar, aferir qualidade. É só dessa forma que nós vamos ter serviço de qualidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado, Lurdes.

Juliane Simões.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Ah, pois não.

O SR. RICARDO CASTALDI - Bom dia.

É importante dizer que algumas pessoas estão ocupando regidamente as cadeiras que aqui estão, mas não podemos esquecer dos usuários das políticas de Educação, dos usuários das políticas de Assistência Social, que aqui não estão. Importante sempre ressaltar que essa luta pró-convocação não é uma luta meramente egoísta, umbilical, individualista. Muito pelo contrário, nós aqui estamos também por pessoas que lutam para ter voz, voz essa que é responsável por um controle social. A participação popular é prevista em controle social.

Com muito orgulho eu me coloco como assistente social, junto com meus colegas aqui, pertencentes a uma política, sim, que faz parte do tripé da seguridade social. É sempre bom ressaltar que Assistência Social, às vezes em discursos, não fazendo menos dos nossos colegas da Educação, faz parte do tripé da seguridade social. Falamos tanto em Previdência Social, tão em voga agora com as mudanças sendo cogitadas; falamos tanto da Saúde, mas a Assistência Social aparece no tripé da seguridade social - é importante falar.

E é importante falar que o usuário que não está aqui talvez agora esteja numa fila do CRAS, Centro de Referência de Assistência Social, fila essa que acontece por causa de um RH defasado. Poderíamos falar - infelizmente não tenho números aqui - do adoecimento de colegas, que estão de licença; ou que temos às vezes, em alguns CRAS, um ou no máximo dois assistentes sociais para atender um contingente populacional.

A partir daí eu posso falar de um CAD Único, que nas propagandas do Governo Federal aparece com um milhão de pessoas inscritas. Isso é de suma importância. Vamos

fazer uma breve conta de cabeça. Quantos profissionais estão contratados para atender essa população de mais de um milhão de pessoas inscritas em programas sociais, no Brasil inteiro? Acredito que São Paulo tenha um milhão de famílias cadastradas em programas sociais. Quantos profissionais estão atendendo essas um milhão de famílias cadastradas?

Aí eu estou falando de adoecimento de colegas. Eu falo de um adoecimento que é de RH, mas é o adoecimento de uma política pública, é o adoecimento de uma política social. É importante sempre ressaltar isso.

Gostaria de externar um pouco da minha ignorância. Quando nós tivemos um concurso público com 377 vagas, em 2014, havendo planejamento orçamentário para isso, que nós não sabemos muito bem em que meandros isso não aconteceu. Agora nós ouvimos que nós não temos também orçamento. É verdade que o panorama...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Pessoal, vamos ouvir.

O SR. RICARDO CASTALDI - É verdade que o panorama político-econômico não é fácil, mas esses detalhes, essas minúcias são sempre muito difíceis de compreender por nós, profissionais, o que dirá pela população, a população que agora talvez esteja espremida em um dos CRAS. CRAS é responsável pela proteção social básica, responsável pela inscrição em cadastros únicos para programas sociais. Temos no Facebook, em mídia social, usuários sendo atendidos em condições realmente vexatórias.

Concluo dizendo que a Assistência Social faz parte do tripé da seguridade social e nossa luta não é só nossa, mas de quem não está sentado nessas cadeiras hoje.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - O último inscrito, Claudineide Caires.

A SRA. CLAUDINEIDE CAIRES - Boa tarde. Para nós é um privilégio estarmos aqui. Afinal de contas, não é sempre que temos oportunidade de fazer nossa defesa em relação a tantos assuntos importantes. E eu venho fazer defesa do concurso público.

Sou diretora em cargo comissionado, embora tenha passado em concurso. Aqui em São Paulo passei em sete concursos públicos. Venho enfatizar não para me vangloriar, mas para contextualizar a importância que o concurso e a educação têm na minha vida. Venho de uma família de 12 filhos. Minha mãe era funcionária pública, entendia a importância da educação, por isso que lá em casa todos os 12 são formados, muitos são funcionários públicos em diferentes áreas - segurança, saúde, educação -, trabalham no comércio, enfim. Também passei como analista técnico-científico no Ministério Público, que foi o concurso mais recente e que foi muito próximo do de diretora.

E o que me deixa muito triste, que eu acredito que é a tristeza dos companheiros, é o fato de nós sabermos que, segundo a Teoria Geral do Estado, a administração pública foi organizada para defender o bem comum da coletividade e que isso não acontece na prática; que o princípio da transparência está na Constituição e é um dos princípios que rege a administração pública, e que não acontece. Nós gostaríamos de pedir aos senhores que façam valer o que está na Constituição.

Sabemos que recentemente foi aprovada uma emenda, que no ordenamento jurídico único tem tanto valor legal quanto a própria Constituição, diferindo apenas a ordem hierárquica, mas que, segundo a própria Constituição, uma lei, quando é criada, não pode retroagir seu efeito. Logo, como o nosso concurso já tinha sido homologado antes da criação da lei, não se justifica a falta de orçamento e a não chamada do concurso.

Sabemos que existem vários cargos vagos, porque temos acompanhado o Portal da Transparência. (Palmas) No entanto, já saiu no *Diário Oficial* que haverá só a chamada de vagas remanescentes, que são 15, sendo que já existem 175. E que o processo demanda tempo, o que significa que, quando expirar esse concurso, ninguém está legalmente imbuído de ter que chamar. Então nós temos esses temores.

O concurso para o Ministério Público, como analista técnico-científico, são 120 cargos vagos; já tem um ano e ainda nem foi homologado, embora já tenha saído a

classificação final, então é muito frustrante. Então eu gostaria de, em nome do grupo, pedir aos senhores que valorizem a educação, porque eu sou fruto da educação. O que me traz do interior da Bahia para a Capital de São Paulo, tendo passado em tantos concursos, é a educação. E para os companheiros que estão aqui não se desanimarem como eu, fica o pensamento de Guimarães Rosa: Animai-vos. Esforçai-vos. Fazei vossos esforços valerem a pena. Lembrai-vos de que as melhores proezas da História vieram do que parecia ser impossível.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Encerradas as inscrições.

Registro a presença do Vereador Toninho Vespoli e passo a palavra para o Sr. Secretário, para suas considerações.

O SR. PAULO ANTÔNIO SPENCER UEBEL - Muito obrigado. Agradeço ao Vereador Donato. Cumprimento o Vereador Toninho Vespoli, que chegou agora.

Ouvimos atentamente as colocações, anotamos; são vários itens, vou tentar responder todos eles.

Primeiro dizer que, em relação aos diretores e supervisores, nós fizemos concurso, eram 158 vagas para diretores, nós chamamos mais de 400 pessoas. Ou seja, existe interesse da Administração de que essas vagas sejam ocupadas. Embora já tenhamos cumprido o acordado, o solicitado inicialmente, todas as vagas, ainda assim continuamos chamando, porque entendemos que essa carreira é fundamental para qualificar a educação. Mas existe a limitação orçamentária. Nós estamos discutindo e vamos discutir esse tema na mesa setorial da Educação, esse é um dos itens da pauta das reuniões.

Mesma coisa com os supervisores. Tínhamos 50 vagas, nomeamos 95 pessoas, ou seja, mais do que o número de vagas, porque entendemos que os supervisores são fundamentais para qualificar a Educação.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PAULO ANTÔNIO SPENCER UEBEL - Isso é o que teve, que já foi. Então isso vai ser discutido na mesa setorial, isso vai ser endereçado, é um item fundamental e está na pauta.

Dando sequência, em relação aos AGPPs, estamos conversando, existe interesse em chamar. São mais de mil, são mil vagas. Está no nosso radar, estamos conversando com as secretarias, falando. Várias secretarias não têm o número adequado de AGPPs, então, dentro do possível, isso vai ser chamado. Provavelmente vai ficar para o primeiro semestre de 2018, considerando as limitações orçamentárias. Se existir possibilidade em 2017, vamos tentar, mas provavelmente, é mais indicado que será chamada boa parte deles no primeiro semestre de 2018.

Seguindo, sabemos dessas vacâncias, estamos acompanhando. Existe interesse em nomear pessoas para ocupar essas 70 vagas que foram indicadas, mas temos, sim, uma dificuldade orçamentária. Qual é a dificuldade que se falou aqui sobre o déficit? Foi programado um orçamento de 54 bilhões de despesas, que foi aprovado pela Câmara no ano passado e, pelos números que a Fazenda tem levantado, neste ano nós devemos arrecadar em torno de 47 bilhões. Então existe, sim, uma diferença entre o que foi projetado de despesa e o que foi projetado de receita. Essa é a diferença que está dando e que deve ser considerada. Todos esses valores que estão sendo considerados, todos os congelamentos levam em consideração isso aí. Já que nós entendemos que vai haver esses sete lá, temos que começar agora a segurar despesas e evitar novos gastos, para que não se verifique na prática essa diferença de sete bilhões.

No meio do ano, junho, é justamente o pico do caixa da Prefeitura. Agora que tem esses oito bilhões em caixa, que foram falados, é porque a partir de julho até o final do ano o caixa só cai. Por que o caixa é maior no primeiro semestre do ano? Porque IPTU é cobrado no início do ano, então a Prefeitura cobra, recebe esses valores, o caixa sobe. Depois o caixa desce. Isso acontece todos os anos, não tem nenhuma diferença na nossa gestão que, no

meio do ano, tem um valor em caixa elevado.

Isso é uma prática tradicional, porque o IPTU é cobrado no início do ano, então não dá para pegar o dinheiro do IPTU arrecadado no início do ano, gastar no início do ano e esquecer o segundo semestre. Muitas gestões fizeram isso. Chega no segundo semestre eles dão a famosa pedalada. O que é pedalar? É deixar de pagar as contas e deixar para a gestão seguinte ou para o ano seguinte. Isso é uma prática muito comum na administração, ficar contas a pagar. Mas é uma prática irresponsável que não deve ser feita e que nós podemos combater. Contas daquele ano devem ser pagas naquele ano e não ser pedaladas para o ano seguinte. É um compromisso que a gente tem de fazer uma gestão adequada. É difícil, muitas vezes temos que tomar decisões que não são fáceis, mas são decisões responsáveis.

Temos uma lista de demandas para novos concursos, pedidos de abertura para engenheiro agrônomo, engenheiro, arquiteto, analista de informações, cultura e desporto, analista de meio ambiente, agente vistor, auditor fiscal tributário municipal, analista de planejamento, além de diretores e supervisores. Então existe essa demanda, mas claro que a gente tem que ver dentro do orçamento o que é possível. Na mesa central a gente vai discutir isso. Existe um grupo dentro da Administração vendo isso aí, mas a pressão orçamentária é grande.

Seguindo nas questões que foram levantadas, sobre a questão de foco nas atividades essenciais. Concordamos cem por cento, temos de ter foco nas atividades essenciais. Muitas vezes a Administração se perde em atividades que não são essenciais. O que está sendo realizado em termos de concessões, em termos de privatização, são atividades não essenciais ou que podem ser realizadas de forma a permitir a Administração arrecadar mais recursos para investir em atividades essenciais.

Isso não foi uma decisão do Prefeito, isso foi algo votado, eleito, escolhido nas urnas, algo que teve o respaldo da sociedade em uma consulta popular, a mais ampla e democrática possível, chamada “eleições”. Nós estamos, na atual gestão, simplesmente

colocando aquilo que foi prometido, escolhido, eleito. É um compromisso que vai ser realizado, porque entendemos que reduzir, por exemplo, os 140 milhões que são gastos no Autódromo, esses 140 milhões fazem muita falta na Educação, fazem muita falta na Saúde. Com isso nós podemos qualificar a Saúde, qualificar a Educação, qualificar a Segurança, qualificar Transporte, qualificar Habitação. Então é um trabalho que vem sendo feito no sentido de ter foco no essencial.

Por isso foi constituído o Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, para arrecadar esses recursos e aplicar somente em atividades essenciais. Esses recursos não podem ser aplicados em nenhuma atividade que não seja essencial. Nós temos o compromisso de qualificar o capital humano, de melhorar o foco da Prefeitura para realmente conseguirmos dar serviços de qualidade. O nosso foco são os cidadãos. Nosso foco são os nossos gestores, os nossos servidores que fazem um trabalho muito importante.

Temos ainda a questão dos estagiários. Os estagiários fazem um trabalho complementar. Eles, jamais, substituem, eles não podem, legalmente, substituir nenhuma carreira. Estagiário é apenas complemento para qualificar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Pessoal, vamos respeitar a fala aqui.

O SR. PAULO ANTÔNIO SPENCER UEBEL - Os estagiários fazem um trabalho importante, eles dão apoio, mas não podem substituir. Então temos visto esses casos, temos analisado e não é esse o objetivo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Está falado já. Pessoal, só o seguinte, temos um problema, é que temos outra audiência pública em seguida. Então só para otimizar o tempo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Eu entendi. Está resolvido. Só para não

transformarmos num diálogo aqui.

O SR. PAULO ANTÔNIO SPENCER UEBEL - E só para deixar claro o compromisso da Gestão está em todas as áreas. Então falaram muito em cargos comissionados. Nós reduzimos 30% dos cargos em comissão, para economizar recursos que possam ser aplicados em atividades essenciais, na nomeação de concursados e etc.

Então foram cortados mais de 3 mil cargos em comissão. Então essa é uma medida que entendemos que é muito mais importante os servidores estáveis, que garantem a continuidade da Administração, que são a coluna vertebral de qualquer Administração Pública, então cortamos os cargos comissionados.

Reduzimos também 30% dos alugueis; 15% dos demais contratos; estamos trabalhando para reduzir 20% das despesas operacionais e 1,3 mil veículos que fazem atividades não essenciais. Por que? Porque queremos foco no essencial. Então esse é um compromisso da Gestão. Nós faremos isso, onde pudermos cortar recursos que não são essenciais nós cortaremos, para ter foco no essencial. Mais uma vez eu queria agradecer, nós registramos todos os pontos que foram falados, vamos fazer as mesas setoriais de Educação, Saúde e Segurança, vamos continuar na mesa central, fazendo uma discussão sobre a Previdência, sobre a questão da saúde do servidor, sobre a Lei Salarial, e ainda sobre a questão de reajustes, que são negociações que estão em andamento. Também vamos seguir trabalhando para poder fazer mais nomeações.

Vou passar para a Márcia Morales que é nossa Coordenadora de Gestão de Pessoas.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Só um minuto, pessoal.

A SRA. MÁRCIA REGINA MORALES - Boa tarde, primeiro só falar um pouquinho: sou assistente social de carreira.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MÁRCIA REGINA MORALES - E com bastante orgulho. Já estive na Direção de Recursos Humanos da Prefeitura, na Gestão Marta, estou retornando agora porque acredito que possamos implementar sempre mudanças. Muitas pessoas já me conhecem, fui Superintendente do Iprem. Tenho essa olhar e por isso estou nesse projeto.

Em que pese sabermos de todas as dificuldades, quando se faz uma Peça Orçamentária num ano ela é uma projeção, então, assim, eu realizei os últimos concursos desde que eu cheguei na Gestão. Não fazemos um concurso para não nomear, isso é a primeira premissa. Nós os fazemos com desejo, com vontade, com qualidade, as provas não são fáceis, os processos seletivos da Prefeitura do Município de São Paulo são considerados modelos, nós selecionamos, sim, os melhores, tanto que estão aqui e aí é com muito orgulho.

Então não há um desejo de fazer concurso e não nomear. De forma nenhuma. Essa é uma premissa básica, principalmente para todas as áreas de recursos humanos da Prefeitura, não só da Gestão, vocês sabem que a Saúde faz os concursos descentralizados, a Educação faz descentralizado, a Guarda faz, e a Gestão só faz dos demais. Mas sempre estamos alinhados do ponto de vista da qualidade desses candidatos e dos que vão ingressar. Em nenhum momento, nenhuma Administração - eu acredito - pensa em fazer um concurso para não ingressar. Isso não teria lógica, até porque - vocês sabem - o valor da inscrição vai totalmente para o custeio do próprio concurso. Não há nenhum interesse, pelo contrário, temos um desgaste de seis meses e um cuidado para que as seleções sejam bem feitas.

Com essa premissa, acredito e tenho certeza de que vamos conseguir sim estabelecer com cada secretaria - reforçando o que o Secretário já disse -, todo aquele processo, citado anteriormente por uma das pessoas, que passamos para autorizar o concurso; aquelas exigências todas da Lei de Responsabilidade Fiscal, Decreto de Execução Orçamentária e tal; na hora da nomeação é repetido. Não é porque eu tinha aquela previsão e aquele recurso na época do concurso que estarei automaticamente garantido na nomeação. A nomeação passa formalmente pelo mesmo critério e os dois processos passam pela Junta

Orçamentária Financeira, que é a entidade hoje, a instância da Prefeitura que analisa o todo, tanto da Administração Direta quanto da Indireta, porque só temos falado aqui da Direta, mas não podemos nos esquecer de que também a JOF, enquanto instância, analisa o todo de despesa de pessoal. E há sempre um olhar não apenas da área da Gestão, da Cogep, mas da Saúde, da Educação, da Guarda. Tenho feito...

Assumi a Coordenação faz um mês. Então já marquei uma pauta de conversa com a Educação. Já tive com a Saúde, com a Guarda no sentido de podermos dimensionar, de fato, essa necessidade. Eu acho que, às vezes, para os gestores tomarem decisão falta uma qualificação dessas vagas, dessa necessidade, dos postos de trabalho. É um enfrentamento que faremos agora com os AGPPs, porque essas mil vagas foram colocadas no concurso, temos de dimensionar exatamente qual essa necessidade e qual perfil de profissional.

Eu ajudei muito no concurso do serviço funerário. Fiz com muito carinho e a nossa ideia não é não ingressar. Dá para falar: todos ingressarão neste ano? Obviamente que não, mas acho que dá para, a partir dessas sugestões de vocês - e já sabemos dessa necessidade - , fazer um planejamento sim e existem os canais da mesa central de negociação que têm pautado esse assunto. O Marcel está presente, que é Coordenador da CRT. E se não estiver pautando, acho que é um caminho interessante para pautar, mas do ponto de vista de Recursos Humanos cabe a nós colocar para a Administração esses estudos e uma proposta de, ao longo do tempo, diluir essas nomeações. Mas que efetivamente elas ocorram.

Essa é a fala que eu queria deixar.

Com relação à Assistente Social, gente...

- Manifestação da plateia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Já vai falar pessoal.

A SRA. MARCIA REGINA MORALES - Só um pouquinho, gente.

- Manifestação da plateia.

A SRA. MARCIA REGINA MORALES - Não vou falar especificamente, porque

estamos olhando todos ao mesmo tempo, mas sabemos, têm no radar duas grandes preocupações momentâneas: Assistente Social e Guarda, que são concursos que não poderão mais ser prorrogados. (Palmas)

Por isso temos de usar o bom senso... Eu sei, gente, é muito ruim. Eu prestei concurso, entrei concursada, então, quando se ingressa e vê seu nominho lá, se quer logo entrar, por quê? Você não sabe se pega outro emprego, se muda de cidade... Eu vivencio essa angústia com vocês, porque passei por isso também.

Temos essa responsabilidade, inclusive cuidado, e temos orientado as áreas da seguinte forma: se eu preciso de mil, não adianta abrir um concurso para mil se não tenho recurso. É melhor abrir para cem e vai pedindo prorrogações. Dessa forma gera menos expectativa, menos angústia. Até a sua orientação técnica a gente tem discutido com todas as Secretarias para nortear um pouco esse pedido, não só do ponto de vista orçamentário, mas de respeito a todos aqueles que prestam concursos e vão fazer a prova e que passam. Então, a gente tem sim no radar mais próximo duas grandes preocupações que é a nomeação das assistentes sociais que não poderá ser prorrogada e dos guardas e pretendemos apresentar aí uma proposta, um estudo breve de ingresso desse grupo prioritário então é isso que eu podia dizer de imediato. Eu não posso falar se setembro, outubro, novembro, ou se é no início do ano porque depende de cada pasta. Ter o eu recurso não é gestão, nenhuma dessas despesas vai onerar o orçamento da Secretaria Municipal de Gestão e sim das respectivas pastas que precisam indicar que tem o recurso, a receita vai vir de tal economia. Essas economias que o Secretário colocou aqui de cargo em comissão, de contrato, de aluguel, é em toda a Prefeitura e aí a gente acredita que “sim”, essa economia deve gerar recurso suficiente para a gente oxigenar um pouquinho. Entrar gente nova, com gás e compor aí as equipes de trabalho. A gente está com essa preocupação no radar, podem ficar tranquilos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Tem a palavra o Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI - Bom dia a todos. Comprimento todos da Mesa em nome do Secretário. Sei que vocês já debateram isso, mas falar de algumas questões que vivenciei, por exemplo, eu fui conversar com o comando da Guarda Civil Metropolitana onde está faltando em torno de quase cinco mil funcionários. Isso na época do Jânio Quadros, quando instituiu a Guarda. Em vários postos de saúde, por exemplo, que não têm estacionamento, o médico geralmente mora em bairros de classe média, porque curso de medicina o pobre quase não faz. Na hora que eles vão para a periferia e guardam os seus carros na rua e são assaltados eles pedem imediatamente a demissão do posto de saúde. A falta de Guarda Civil Metropolitana interfere em outras políticas públicas direito, fora escolas que vêm até o nosso gabinete e falam que tem a tiazinha no portão e os traficantes empurram a porta e vão vender drogas. Se não colocar a Guarda Civil Metropolitana lá com o é que fica? Para ver como interfere em outras políticas públicas que as pessoas não estão aguentando. A AGPP então está raro na Prefeitura. Uma Secretaria que tem um AGPP, se você pede para qualquer coisa, não tem AGPP, inclusive, os que foram chamados, vocês vão ser os mais queridos da administração. Vocês estão em extinção. Tem biblioteca que não tem um bibliotecário. Outras que têm três pavimentos e um bibliotecário naquela unidade.

Com toda essa falta e isso vocês têm melhor mapeado do que eu, uma das questões que estão falando é a questão da terceirização. Se hoje você está terceirizando muitos serviços e cada vez menos chamando os concursados. Isso já vem de um tempo. O que está acontecendo? O Iprem está com um rombo porque cada vez mais estão tendo pessoas antigas próximas de se aposentar e você não está fazendo concurso público para ter uma base para sustentar esses aposentados. Na hora da terceirização traz um problema muito grande, o impacto do Iprem não conseguir e a Prefeitura ter de complementar.

Quando vocês fazem os cálculos, vocês fazem os cálculos no impacto do Iprem? Quería saber se tem esse estudo e, se tem, gostaria de solicitar a V.Exa. Outra coisa, V.Exa falou que foi cortado 30% dos cargos que são os Das mais baixos. Essa foi a informação que

vimos no *Diário Oficial* os cargos mais baixos geralmente são de funcionários da própria máquina que você acaba colocando lá e os Das mais altos são os cargos mais de confiança política que são os maiores. Isso não atrapalha a máquina, na hora em que você acaba colocando pessoas que às vezes nem entendem da máquina pública em um cargo ganhando muito dinheiro. Não eram esses que deveriam ser mais cortados e deixar os Das mais baixos?

Outra coisa é a questão, conversamos com o Schneider ontem, e S.Exa. vai prorrogar os dos bibliotecários, há alguns que V.Exa. que não dá para prorrogar mais. Há uma decisão da Secretaria de prorrogar todos os concurso que ainda são prorrogáveis? E última, uma coisa que deu menos impacto na Secretaria de Educação foi que o Schneider, e elogio publicamente aqui, fez um cronograma de chamamento. Acho que cira uma expectativa para as pessoas que fizeram o concurso e também para as pessoas que estão esperando que os concursados venham para ter uma política pública de atendimento melhor. Não tem como a Secretaria nos próximos dois meses fazer um cronograma de várias áreas? Os que vão ser chamados este ano, os do ano que vem, porque isso distenciona as coisas e dá um visão maior inclusive para Câmara Municipal e para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Pessoal temos já uma pressão para termos uma outra reunião aqui nesse espaço. Gostaria de fazer uma proposta ao Secretário que em agosto fizéssemos outra conversa aqui com novo processo. Vocês vão poder conversar com a Secretaria de Finanças, vão ter mais claro o quadro financeiro e a possibilidade de um cronograma em relação aos vários concursos que foram colocados aqui. É possível?

O SR. PAULO ANTÔNIO SPENCER UEBEL - É possível. Nós já havíamos solicita do para a Secretaria apresentarem um cronograma internamente. Estamos finalizando o Programa de Metas que temos que entregar em final de junho. Então, depois disso, as Secretarias vão se debruçar e apresentar um cronograma de chamamento. Provavelmente até final de agosto a gente vai ter esse material e pode compartilhar com vocês bem como os

estudos do Iprem que estamos fazendo, estamos conversando na mesa central. Em relação aos cargos em comissão, nós não definimos que tinham que ser cargos mais baixos ou altos. Cada Secretaria apresentou a sua proposta de cortes, algumas cargos mais baixos, outros mais altos. Depende do que a Secretaria entendeu que era melhor, mas entre mais baixo e mais alto, em termos de valores, acho que mantiveram os mais altos porque conseguem atrair e mesmo premiar os servidores da casa com recursos maiores. Na média aconteceu isso, mas não vejo isso como algo negativo, porque entre os maiores você têm cargos específicos para uma carreira, ou específico para servidores.

Existe sim interesse em prorrogar todos os concursos todos os que estiverem vencendo, vamos prorrogar porque queremos chamar as pessoas. O cronograma de chamamento nós não temos todo ainda, mas até final de agosto devemos ter.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Pessoal, agradeço ao Secretário, sua equipe e principalmente a presença de vocês. Aqui foi o início de um processo e vai continuar em agosto. Nos encontraremos com melhores notícias. Parabéns a todos. Obrigado.